



----- Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, compareceram, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, os Senhores: EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente, MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA, Vice-Presidente; RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO e JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereadores. -----

----- Compareceram também a Técnica Superior da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, que secretariou a reunião e a Técnica Superior de Comunicação, Ana Catarina Ramos Teixeira. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e foram tomadas as seguintes decisões: -----

BALANCETE -----

----- Foi tomado conhecimento da existência de fundos através do Balancete do dia oito de agosto de dois mil e vinte e dois, que acusa o saldo de **€83.188,00** (oitenta e três mil cento e oitenta e oito euros), em dotações orçamentais e de **€212.073,68** (duzentos e doze mil, setenta e três euros e sessenta e oito cêntimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes bem como os ouvintes que acompanham esta reunião através da rede social Facebook. Continuou a sua intervenção dando nota de alguns temas e situações difíceis pelas quais estamos a atravessar relacionados com a seca e a falta de água. Disse que nos últimos anos têm sido cada vez mais recorrentes estes períodos de seca e é um assunto que têm estado a trabalhar há alguns meses. Aproveitou depois este momento para dar algumas informações, sensibilizando também a quem os está a ouvir através das redes sociais, designadamente no que diz respeito ao consumo humano e à rede de rega. Disse que nas últimas semanas a situação agravou-se, em virtude das ondas de calor que se têm sentido, e pelo facto deste Verão estar a ser um dos mais quentes dos últimos setenta anos. Esta situação de calor, acrescida da falta de pluviosidade, traz alguns problemas. Contudo, disse que felizmente o nosso Concelho tem alguma capacidade de resiliência, graças ao trabalho que todos os políticos tiveram durante os últimos quarenta a cinquenta anos e que estiveram à frente do nosso Concelho, pois construíram barragens de abastecimento público e modernizaram-se e neste momento há uma boa capacidade de reserva de água, permitindo-lhes, com estas medidas de redução do consumo, estarem preparados para garantir que as nossas populações tenham acesso à água até ao final do Verão e até ao próximo inverno. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara deu nota de alguns números para que pudessem perceber que de facto tem de se poupar água e racionalizar melhor o seu uso. Disse que das três barragens que temos ao nosso dispor, com capacidade e com volume de água reservada para o abastecimento público, a de Sambade é a mais crítica, pois está a 27% (vinte e sete por cento). A Barragem da Esteveinha, não sendo atualmente para usos múltiplos, é uma barragem que pode, a qualquer momento, ser reativada para estação de tratamento de água, estando isto já a ser trabalhado com a empresa Águas do Norte, podendo, por isso, ter uma reserva importante para abastecer grande parte do Concelho. Disse depois que esta Barragem está a 35% (trinta e cinco por cento). O Senhor Presidente da Câmara explicou que estes 35% (trinta e cinco por cento) representam muito mais do que, por exemplo a Barragem de Sambade, pois é uma barragem com maior número de armazenamento, ou seja, nesta barragem ainda existem cerca 700.000 (setecentos mil) metros cúbicos de água armazenada, o que é ainda uma quantidade que lhes dá algum conforto para poderem ter uma salvaguarda para o caso da situação piorar. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara disse que ainda há um fator positivo importante a registar, ou seja, a



Barragem da Camba está ainda a 90% (noventa por cento). Esta barragem, disse, é utilizada para a rega, mas também tem uma estação de tratamento de água que já foi reativada durante o mês de abril e desde esta altura que esta barragem está a abastecer uma parte do nosso Concelho e também dos Concelhos de Mogadouro e Macedo de Cavaleiros. Disse que de facto têm ali uma boa reserva e que, quer esta reserva, quer a da Esteveinha, só é possível tê-la com esta capacidade, porque foram promovidos importantes projetos de reabilitação do regadio, com instalação de contadores, pelo que têm ali poupanças muito significativas na água utilizada no regadio, que vão dos 30 (trinta) a 50% (cinquenta por cento). Informou ainda que aquele trabalho está agora a dar os seus frutos e permite que tenhamos esta capacidade de resiliência e podermos enfrentar melhor esta situação de seca. -----

----- Continuando, disse que os maiores problemas estão na zona que consideram ser a fonte do nosso Concelho, que é a Serra de Bornes, onde estão as melhores nascentes e onde há mais água, onde as bacias hidrográficas das nossas barragens vão buscar água. Disse que as nascentes estão a secar e nas últimas duas semanas tiveram, e ainda têm, um problema grave na aldeia de Soeima, ou seja, o furo que estava a trabalhar à cerca de 30 (trinta) anos, secou e obviamente que causa problemas à população pelo que estão já a trabalhar no sentido de abrirem um novo furo para abastecer esta aldeia. Informou depois que neste momento a água está a ser transportada num camião cisterna dos Bombeiros, agradecendo a estes homens o trabalho que têm feito e que também tem sido possível pelo facto de não ter havido incêndios no Concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou depois que estão a aproveitar esta altura do ano para fazerem uma limpeza das nascentes na Serra de Bornes para que não falte água no Hotel & Spa e também nas aldeias de Covelas e Vila Nova e felizmente não tem havido falta de água para estas zonas. Disse que estão também a ver se conseguem que venha mais água para Sambade para poderem também aproveitar essa água na rede de abastecimento público, no sentido de aliviarem a Barragem de Sambade. Entretanto informou que, com a colaboração da Agência Portuguesa do Ambiente, o Município de Alfândega da Fé vai ter um apoio, no âmbito das medidas de mitigação no combate à seca, para financiar estas obras, quer a recuperação das nascentes de água, quer a construção do novo furo na aldeia de Soeima. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara continuou as suas informações dizendo que nos últimos quinze dias reforçaram as medidas de contenção do consumo de água, ou seja, abandonaram a rega em alguns jardins municipais, mantendo apenas a rega na zona do Parque Verde, Jardim Municipal e a Praça do Município e vão deixar de regar a Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, a zona envolvente ao Mercado Municipal e também a zona atrás do Quartel dos Bombeiros e da GNR. Esta é uma medida de poupança de água que, apesar de ser água da rega, esta água pode vir a ser necessária para o consumo humano, já a partir de setembro. Relativamente ao regadio, foram também tomadas algumas medidas na zona envolvente da nossa Vila, isto é, os caudais que servem a zona urbana e a zona precária foram diminuídos, ou seja, têm menos pressão na rede. Para além disso, disse que também foram fixados alguns horários alternados de rega para que possa haver alguma poupança de água e não haver um corte radical porque, com esta capacidade de resiliência que têm, querem garantir que os nossos agricultores tenham alguma água para poderem manter algumas hortas e continuarem a regar, nem que sejam regas mais deficitárias para poderem manter as suas culturas permanentes, como olivais e amendoais que são culturas muito importantes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara informou que vão ser tomadas outras medidas, em complemento das anteriormente referidas. Disse que não encerraram as piscinas municipais porque na verdade, com a informação que têm através dos dados registados no contador que monitoriza a água das piscinas, no mês de julho, a água consumida nas piscinas municipais foi a mesma da que é consumida num dia e meio em nove aldeias do nosso Concelho. Por isso, disse que não é por aqui se poupa água. Entretanto entenderam que seria melhor não encerrar as piscinas municipais, porque poderia levar a que as pessoas, em casa, enchessem as suas piscinas particulares e tanques e de certa forma, poderiam também estar a fazer com as crianças e jovens procurassem locais sem vigilância e



sem segurança. Informou depois que no mês de julho, nas piscinas municipais, foram gastos 600 (seiscentos) metros cúbicos durante todo o mês e, nas nove aldeias do Concelho, gastaram 400 (quatrocentos) metros cúbicos por dia. Disse que foram tomadas algumas medidas nas piscinas, como a diminuição da renovação diária nas piscinas, para manter a qualidade mínima e a sua segurança, permitindo assim uma poupança de um terço da água. Disse que também reduziram as regas da relva e infelizmente terão que conviver com um relvado menos bonito, mas garantindo sempre a qualidade mínima. Informou depois que estão já a ponderar, com a saída dos emigrantes e outras pessoas que costumam vir passar as suas férias a Alfândega da Fé e às respetivas aldeias, que normalmente acontece no final do mês de agosto, encerrar mais cedo as piscinas municipais, fazendo depois o tratamento da água e a manutenção do relvado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou depois que têm na Barragem de Sambade, reservas de água para abastecer todo o Concelho até Dezembro e com a água que têm disponível na Barragem da Esteveinha, poderão ter mais seis meses de água para o nosso Concelho. No entanto, disse que têm de ter a coragem de tomar as medidas necessárias de poupança de água, pois não há garantias que o Outono-Inverno seja chuvoso e húmido e têm que garantir a água para o consumo humano e para a agricultura. Disse ainda que estão a sensibilizar os agricultores para não fazerem sementeiras e plantações de horta de outono-inverno, pois podem não ter água a partir de setembro e poderá ter de haver um corte maior de água nessa altura. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Vereador José Almendra para dizer que o que está em falta é a elaboração, por parte do Município de Alfândega da Fé, de um Plano de Mitigação da Seca, que já foi proposto diversas vezes. Disse que alguma coisa está de facto a ser feita, mas entende que é importante traçar um caminho a curto, médio e longo prazo. Reconhece que há coisas que não se conseguem fazer no imediato. Disse depois que há pouco tempo viu nas redes sociais um esbanjamento de água, que seria perto da rotunda do Mercado Municipal e não sabe bem o porquê de ter acontecido. Entende que não fica bem ao Município estas coisas acontecerem e concorda que se deve cortar a rega dos jardins e entende que está na altura de terminar com os relvados municipais. Disse que de facto é desagradável ver os relvados secos, mas mais desagradável é faltar a água nas torneiras. Entende que está na altura de "arregaçar as mangas" e delinear esse plano estratégico, com o apoio de outras entidades que poderão dar um contributo importante na resolução deste problema. O Senhor Vereador José Almendra disse saber que o Município tem feito alguns trabalhos como por exemplo, ajudou na constituição da Associação de Regantes, com operações de perímetros de rega, mas entende que não está a ser suficiente. Disse que infelizmente não irão conseguir ter a breve prazo perímetros de rega suficientes para as necessidades do Concelho e por isso há que encontrar soluções para uma grande parte do Concelho ficar com o problema da seca mais atenuado. Explicou depois que nos últimos vinte anos, tiveram catorze em que a precipitação foi abaixo da média e que as alterações climáticas estão aí. Disse saber que os Municípios, a nível geral, estão um pouco mais vocacionados para este problema da seca e que inclusive viu nas notícias que a CIM-TTM está a elaborar um plano para regadios no nordeste. No entanto, disse que tudo isto vai demorar tempo e há coisas que se podem resolver a curto prazo, dando o exemplo que no ano passado houve um aviso de abertura no PDR que contemplava a construção de pequenas charcas para a agricultura e se o Município conseguisse estar um pouco mais atento a estas situações, em articulação com as entidades do Concelho, os agricultores poderia ser alertados para esta situação e eles próprios estarem mais precavidos e aproveitarem melhor esse fundos, até com algum complemento por parte do Município, pois outros municípios já fizeram isso e são estímulos bem-vindos. O Senhor Presidente da Câmara, respondendo às questões colocadas pelo Senhor Vereador José Almendra, disse que apesar de concordar com o que disse, não concorda da forma como foram colocadas e que isso revela que o Senhor Vereador não tem estado atento ao trabalho que tem vindo a ser feito nos últimos doze anos. Disse que já têm um Plano Estratégico há doze anos e estão a implementá-lo e não concorda quando diz que não está a ser suficiente, pois está a ser suficiente. Se não tivessem feito a reabilitação do regadio da Esteveinha, a reabilitação do



regadio da Camba, também não estavam como estão e se não tivessem apoiado a Associação de Regantes do Vale da Vilarça, a Barragem do Salgueiro não estava a ser utilizada neste momento para bombear água, pois tem sido a grande salvaguarda dos agricultores da Vilarça. Esclareceu ainda que vão construir uma nova Barragem em Gebelim para terem mais uma reserva de água no nosso território. Para além disso, disse também que têm inscrito no Plano Nacional o reforço da Barragem da Burga e querem retomar o projeto original da Barragem de Sambade para poderem ir buscar mais água e brevemente irão reunir com a Agência Portuguesa do Ambiente. Por isso disse que têm uma estratégia há doze anos que está a ser muito bem implementada, de forma gradual e consistente, tendo reforçado que felizmente hoje estão nesta situação graças a todo este trabalho. O Senhor Vereador José Almendra referiu que conhece bem a estratégia mas entende não ser suficiente e acha que é importante rever o Plano Estratégico e trabalhá-lo bem, na medida em que há necessidades diferentes. Disse ainda que há zonas do Concelho em que o regadio não vai chegar e a agricultura tem de ser feita, perguntando depois como se trabalha a resiliência nesses territórios. O Senhor Presidente da Câmara, entretanto, referiu que temos que ter orgulho no nosso trabalho e que o próprio vereador também deveria ter, como agricultor que também é e como antigo membro de uma Associação de Agricultores da Vilarça, pelo bom trabalho que também fez lá. Disse que somos um exemplo a nível nacional desse trabalho. O Senhor Vereador José Almendra disse que não entende este assunto pelo lado político, mas sendo ele agricultor residente neste Concelho, preocupa-lhe a situação futura e quando diz que está tudo bem, a verdade é que não está, até porque estamos a senti-lo cada vez mais, ano após ano, e vamos sentir. Insistiu que este Plano seja revisto. Disse depois que, ao nível da região, temos dois alquevas muito próximo que não estão a ser explorados e os políticos do Distrito deveriam unir-se na exploração dessas águas, designadamente a Barragem do Azibo e do Baixo Sabor, que neste momento estão apenas a servir turismo, excluindo a Barragem do Baixo Sabor que também é utilizado para a produção de energia elétrica. Por isso, diz que tudo tem de ser repensado. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vereador Vítor Bebiano. Começou por cumprimentar todos os presentes e todos os que acompanham esta reunião pelas redes sociais. Na sequência do que foi anteriormente dito, disse que os planos são variáveis e há situações que se vão alterando de ano para ano. Há um dado novo que ainda ninguém focou e que é muito importante para o regadio, para o Concelho e para a captação de água que é a reflorestação da Serra de Bornes. Disse que não é só na Serra de Bornes mas também na "corda" de Vales e Vilaes da Vilarça, ou seja, a grande maioria da floresta está a ser cortada e todos sabem que a floresta permite uma grande fixação de água quando chove. Por isso, perguntou se está pensada alguma coisa para apoiar ou para incentivar os proprietários a voltar a florestar para acautelar esta situação. O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que sim e que o Município tem ajudado nesses projetos de criação de AIGP's e das ZIF's, servindo estas últimas para criar estratégias que permitam a estes produtores que estão nas ZIF's e AIGP's poderem usufruir de verbas, quer no PRR, quer no próximo Quadro Comunitário para fazerem essa reflorestação. Por isso, disse que têm que reconhecer que a criação da ZIF's traz esse benefício e para além disso também são importantes para podermos implementar essas estratégias. Disse que têm que sensibilizar os nossos produtores e os nossos agricultores, que, ao estarem inseridos num ZIF ou AIGP, apesar de criarem alguns ónus, vão criar também mais-valias no nosso território. Esclareceu ainda que este é um grande objetivo, para que no próximo Quadro Comunitário haja essa reflorestação. O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que concordam com tudo o que está a ser feito, no entanto disse há situações que vão acontecendo como é agora o caso de que ninguém contava que as árvores da serra fossem todas cortadas ao mesmo tempo e por isso esta situação tem de ser acautelada. O Senhor Presidente da Câmara explicou que o Governo implementou esta estratégia de criação de ZIF's e AIGP's e com isto vai haver dinheiro no PRR para as AIGP's e no próximo Quadro Comunitário vão ter dinheiro também para as ZIF's. -----

----- Continuando, o Senhor Vereador Vítor Bebiano, referindo-se à Barragem do Baixo Sabor, disse que os Municípios que estão envolvidos nesta Barragem têm que fazer alguma força para haver captações de água e que



hajam situações que nos permitam ter água disponível, nem que seja para uma falha, ou seja, haver pontos de água altos e oxalá não venha a ser necessário carregar camiões cisternas de água do Baixo Sabor para a nossa Barragem de Sambade ou da Esteveinha, pois entende que não faz sentido. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara diz que de facto essa situação não faz sentido nenhum e diz ter sido um crítico e tem dito isso junto dos nossos governantes, sendo melhor pensarem em medidas sustentáveis a médio e longo prazos e que nos disponibilizem dinheiro para recuperar os projetos antigos, como é o caso do projeto da Barragem de Sambade. Disse inclusive que no próximo domingo vai estar com a Senhora Ministra da Agricultura, nos Lagos do Sabor e juntamente com o Município de Torre de Moncorvo vão sensibilizar a Senhora Ministra que temos nestes Lagos mil milhões de metros cúbicos de água armazenada e que só precisamos de dez milhões para a Vilarça. Explicou depois que a capacidade das Barragens da Vilarça é de dez milhões de metros cúbicos e isso corresponde a 1% (um por cento) da capacidade da Barragem do Baixo Sabor e que a cinco a seis quilómetros, em linha reta, do Vale da Vilarça têm mil milhões de metros cúbicos de água que podem efetivamente regar metade do Vale da Vilarça. Referiu depois que quer sensibilizar a Senhora Ministra da Agricultura para esta situação que é absolutamente estratégica, dizendo que vai munido com informação e plantas que é um trabalho feito pelos nossos técnicos, sensibilizando assim os nossos governantes pois é preciso agir com medidas que resolvam o problema e não que se ande ano após ano ou sempre que haja períodos de seca venham a financiar a aquisição de camiões cisterna e o transporte porque de facto isto é “*chover no molhado*”. Por conseguinte, o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que deveríamos começar por coisas mais pequenas, como é o caso de termos uma conduta de água da rega que chega quase aos Cerejais e esta aldeia está muito perto da água da Barragem e a conduta que leva para lá água também a pode trazer para Alfândega da Fé. O Senhor Presidente da Câmara explicou que é uma situação que tem de ser estudada. -----

----- Depois de analisarem algumas possibilidades e soluções nas captações de água do Baixo Sabor, o Senhor Presidente da Câmara explicou que é importante e urgente criarem-se mais reservas de água, ou seja de pequenas charcas na Serra de Bornes e que já fez esse pedido na semana passada ao Senhor Secretário de Estado da Florestas, ao Senhor Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente e tem feito esse trabalho esperando que no Fundo Ambiental e no PRR venham brevemente para a nossa região, pois a nossa região é que tem menos índice médio de água no solo do País e por isso é urgente lançar um aviso específico para a nossa região para poderem criar mais reservas de água e não só na Serra de Bornes mas também noutros sítios da região. Explicou ainda que os agricultores das Serras, que antigamente eram os que tinham mais água para regar, neste momento são os que sentem mais dificuldades e por isso é necessário criar mais resiliência, quer para os incêndios, quer para a fauna selvagem e claro para os agricultores poderem utilizar a água para regar as suas hortas. O Senhor Vereador José Almendra reforçou a ideia que inicialmente colocou, no sentido de rever o plano estratégico e apoiar os agricultores nas pequenas infraestruturas, pois muitas vezes os agricultores não têm conhecimento de certos apoios e é difícil tratar desses processos, ao nível burocrático. No entanto disse ter visto no sítio da internet do Município que têm estado a ajudar os agricultores na captação de água do Baixo Sabor, sendo este um processo evolutivo que em 2018 (dois mil e dezoito) ele tanto defendeu e o Município tem uma equipa técnica muito capaz que pode apoiar na elaboração destes processos.

----- Continuando, o Senhor Vereador José Almendra, relativamente à questão da seca, disse que no Concelho, antigamente, quase todas as freguesias eram servidas por furos artesianos, e não sabe até que ponto não seria importante reativar esses furos para o abastecimento de água. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que estão praticamente todos a ser utilizados para rega. O Senhor Vereador José Almendra esclareceu que se referia à reativação dos furos para consumo humano, mediante uma análise prévia à água, uma vez que a barragem de Sambade está com pouca água, poderia ser útil recorrer novamente, em algumas freguesias onde os furos são bons e com água própria para consumo. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que essa possibilidade também está a ser equacionada. ----



----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse depois que Alfândega da Fé tem ainda outro potencial que não está ser aproveitado que são as águas das estações de tratamento e informou que foi convidado para ir visitar uma exploração agrícola que está a fazer a rega aproveitando as águas residuais dessas estações de tratamento. Assim, disse que não sabe até que ponto não faria sentido na parte de baixo da ETAR fazer-se um balseiro para aproveitar essas águas. O Senhor Presidente explicou que essa hipótese já foi colocada e já foi discutida com as Águas do Norte, mas depois de analisada esta hipótese acha que não vale a pena ter custos com bombeamentos para elevar a água porque esta água pertence à Bacia Hidrográfica da Barragem de Santa Justa e esta água é utilizada no regadio da Vilarça e como tal não se justifica estar a ter custos uma vez que a água é aproveitada, tendo os membros das Águas do Norte concordado que de facto não se justifica. -----

----- De seguida, o Senhor Vereador Vítor Bebiano, na sequência de uma publicação que viu nas redes sociais relacionada com a proibição de se fazer a festa na aldeia de Vilares da Vilarça, na zona da capela de Nossa Senhora do Socorro, perguntou se houve algum dado novo. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não houve, da parte do Município, qualquer tipo de proibição, até porque não têm essa competência. Explicou que o que estão a fazer, por uma questão de responsabilidade e segurança é aconselhar, face à carta de perigosidade que têm e às zonas em questão, que são zonas inseridas em áreas a vermelho e havendo avisos de risco de incêndios muito elevados, efetivamente a legislação proíbe a realização de festas e concentração de festas nessas zonas. Explicou que estão apenas a dar essa informação às Comissões de Festas por uma questão de responsabilidade porque pode haver um controlo do SEPNA, ou uma fiscalização e pode haver um incêndio e claro que não quer em que depois digam que o Município podia ter avisado destes perigos. Informou que no fim-de-semana passado aconteceu o mesmo com a Comissão de Festas de Nossa Senhora de Jerusalém, em Sendim da Serra, e honrosamente reconheceram que havia risco e fizeram a festa na aldeia, salvaguardando assim tudo e todos. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara disse que esta informação está disponível para toda a gente e é da responsabilidade de todos os cidadãos ter conhecimento desta legislação. -----

----- Continuando, o Senhor Vereador Vítor Bebiano, referindo-se às obras da Zona Industrial, reparou que o estaleiro já está a ser montado, tendo o Senhor Presidente da Câmara confirmado que sim. Depois perguntou, relativamente à obra do Lagar D'El Rei, se a grua que está naquela zona já será para essa obra, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que não e que essa grua é para a obra de conservação de uma habitação particular. Esclareceu ainda que estão a aguardar que chegue o visto do Tribunal de Contas para poderem iniciar essa obra do Lagar D'El Rei e durante esta semana ficará resolvida esta situação bem como a da obra da Escola EB 2,3/S. Continuando, o Senhor Vereador Vítor Bebiano perguntou se o contrato não deveria ser assinado depois de vir o visto do Tribunal de Contas, tendo o Senhor Presidente da Câmara explicado que sim e que é assim que tem de ser, sendo o Auto de Consignação da obra apenas assinado depois do Visto do Tribunal de Contas. A minuta do contrato é aprovada em reunião de câmara e esta, por sua vez, é que vai para o Tribunal de Contas. -----

ORDEM DO DIA

1. ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARCERIA PARA A FESTA DA CEREJA & CO 2022 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO - PARA RATIFICAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3039 (três mil e trinta e nove) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), da Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé, previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, através do qual solicita um apoio financeiro para ajudar a fazer face às despesas, no âmbito da parceria estabelecida para a realização da Festa da Cereja & Co.. -----



----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu, através de despacho, atribuir à Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé, um apoio financeiro no montante de €30.000,00 (trinta mil euros). -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Entretanto, o Senhor Vereador Vítor Bebiano quis apenas perceber porque é que o dinheiro vai para a Associação e esta é que procede aos pagamentos. O Senhor Presidente da Câmara explicou que é uma questão de facilidade e a AICAF é parceira na organização da Festa da Cereja, não só na parte da gastronomia mas também de alguns eventos e atividades desportivas. O Senhor Presidente explicou ainda que foram confrontados por parte da Associação em serem parceiros do Município, não só em termos físicos mas também em recursos humanos, no âmbito deste evento e também na dinamização da plataforma da venda de produtos on-line. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, através de despacho proferido em dois de agosto de dois mil e vinte e dois, que aprovou a atribuição de um apoio financeiro à Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé, no montante de €30.000,00 (trinta mil euros), para ajudar a fazer face às despesas, no âmbito da parceria estabelecida para a realização da Festa da Cereja & Co., conforme discriminado no ofício supra identificado e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

2. JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO- PARA APROVAÇÃO DO PROTOCOLO -----

----- Sobre o assunto, presente uma minuta de protocolo a estabelecer entre o Município de Alfândega da Fé e a Junta de Freguesia de Vilarchão, acompanhado de um ofício, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 2305 (dois mil trezentos e cinco) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) da Junta de Freguesia de Vilarchão, previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a celebração do referido protocolo com a Junta de Freguesia de Vilarchão, para a realização de diversas atividades, nos termos e de acordo com a minuta apresentada, anexa ao ofício supra identificado e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

3. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A AFLOCAF - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ PARA DINAMIZAÇÃO DE LIMPEZA URBANA E ESPAÇOS VERDES - PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma minuta de protocolo a estabelecer entre o Município de Alfândega da Fé e a AFLOCAF, acompanhada de uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4536 (quatro mil quinhentos e trinta e seis) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Rui Figueiredo prestaram alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a celebração do protocolo de cooperação com a AFLOCAF, para a dinamização de limpeza urbana e espaços verdes, nos termos e de acordo com a minuta anexa à informação supra identificada e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

4. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (IMI) - ANO 2023 – PARA APROVAÇÃO -----



----- Sobre o assunto, presente uma proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4667 (quatro mil seiscentos e sessenta e sete) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos, dizendo que no âmbito da Revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, prevê-se agora uma redução desta taxa. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, nos termos da proposta supra identificada, o seguinte: -----

----- 1. Solicitar à Assembleia Municipal a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,380%, (zero vírgula trezentos e oitenta por cento), como medida de desagravamento deste imposto, para os prédios urbanos, conforme alínea c), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas; -----

----- 2. Redução da taxa de IMI dos atuais 0,395% (zero vírgula trezentos e noventa e cinco por cento) para 0,380% (zero vírgula trezentos e oitenta por cento), em 2023 (dois mil e vinte e três) e redução incremental anual de 0,015% zero vírgula zero quinze por cento); -----

----- 3. Solicitar à Assembleia Municipal a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,8% (zero vírgula oito por cento) para os prédios rústicos, conforme alínea a), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas. -----

5. TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – PROPOSTA DE PERCENTUAL A APLICAR EM 2023 – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4659 (quatro mil seiscentos e cinquenta e nove) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, conforme proposta supra identificada, aprovar a proposta de percentual a aplicar em 2023 (dois mil e vinte e três), 0% (zero por cento), referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), como proposta a enviar à próxima sessão da Assembleia Municipal para aprovação. -----

6. PROPOSTA PARA FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2022 E A COBRAR EM 2023 – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4660 (quatro mil e seiscentos) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, conforme proposta supra identificada, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a fixação da participação na percentagem de 5% (cinco por cento) no IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal no concelho de Alfândega da Fé relativamente aos rendimentos do ano de 2022, a liquidar em 2023. -----

7. PROPOSTA PARA FIXAR TAXA DE DERRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E A COBRAR EM 2023 – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4661 (quatro mil seiscentos e sessenta e um) do ano de 2022 (dois mil



e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos da proposta supra identificada, o lançamento em 2023 de uma Derrama de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). -----

8. MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM E ADENDA AO CONTRATO - 2º TRIMESTRE DE 2022 – PARA CONHECIMENTO -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da Monitorização do PAM – 2º Trimestre de 2022, do Município de Alfândega da Fé, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4703 (quatro mil setecentos e três) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nos termos do artigo 29.º, da Lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM) e submeteu-a à próxima sessão da Assembleia Municipal também para conhecimento. -----

9. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO CONTRATO DA EMPREITADA DESIGNADA: “REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA CASA ARCEBISPO D. JOSÉ DE MOURA” – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4771 (quatro mil setecentos e setenta e um) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que pediram algumas opiniões, uma vez que nem ele nem o Vereador José dominam bem assuntos de Obras Públicas. Passou depois a ler algumas questões, que a seguir se transcrevem, que pretendem ver respondidas para depois poderem, no final do processo, sair esclarecidos, uma vez que a informação que lhes foi facultada não é a suficiente: -----

----- *“Quem fez e como fez ou faz a fiscalização de uma obra pública sem ter projeto de estabilidade?”* -----

----- *Alguém fiscalizou a fiscalização?* -----

----- *Desculpem-nos, mas esta fiscalização não fez o seu trabalho, limitou-se a aceitar o que o empreiteiro colocou nos autos de medição.* -----

----- *Quem assume agora essa responsabilidade de uma obra que tem elementos estruturais e não tem projeto? Dá ideia, depois de ler os documentos que nos foram enviados, que se trata de uma obra clandestina, onde o empreiteiro fez o que quis, como quis.* -----

----- *Isso é do século passado. Tem de haver um projeto e se o empreiteiro tinha de o fazer, tem de aparecer. (há la partes estruturais que deixam muito a desejar. Por exemplo 2 pilares feitos de bloco com consideráveis alturas.)* -----

----- *Mas esta é uma obra pública e há interesse público neste assunto.* -----

----- *E outras questões se levantam:* -----

----- *Como permitiu a câmara protelar este assunto por tanto tempo? E sem se saber o papel da fiscalização no processo?* -----

----- *Há uns tempos aprovou-se revisão de preços desta obra. De todos os autos? Submete-se revisão de preços estando a obra com estes problemas de incumprimento? Não está correto. A revisão de preços envolveu todos os autos faturados?* -----



----- O valor faturado e aceite pelo dono de obra é de 25.83%, não será demais para os trabalhos feitos e que nada está acabado? -----

----- Quem sairá a ganhar com esta resolução? -----

----- Terá o empreiteiro interesse nesta resolução? -----

----- Que aconteceu aos elementos em pedra existentes no local, sobretudo uma pia em pedra redonda e de grandes dimensões? -----

----- Que ganha a câmara com isto? Que tenciona fazer? -----

----- Que rubricas do mapa de quantidades foram pagas? -----

----- Foi o projeto dado como pago? -----

----- Foram pagas rubricas de trabalhos não realizados? -----

----- O documento dito relatório do Eng^o Filipe da câmara municipal expressa informações entre dono da obra e o empreiteiro sobre plano de trabalhos pagos e de trabalhos não concluídos mas pagos, ou seja em curso. Ou seja um problema para a câmara municipal. -----

----- Onde estão as e-gar relativas à gestão de resíduos? -----

----- Foi feita a gestão? -----

----- Há registos? -----

----- O CCP prevê aplicação de indemnizações por parte do empreiteiro. Tenciona o município acionar alguma indemnização? -----

----- E comunicar ao ACT, finanças e entidade dos alvarás esta situação? -----

----- Claro que a solução para já é a câmara tomar posse administrativa, mas que fazer depois? -----

----- E em relação a este processo não está tudo esclarecido, tem demasiadas falhas de foro técnico.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu depois que a fiscalização desta obra foi feita pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, pelo Engenheiro José Carlos, pessoa com muita experiência e com grande responsabilidade. Esclareceu que se tratou de um empreiteiro local, do nosso Concelho a quem foram dadas todas as possibilidades, por esse motivo. Informou que os interesses do Município estão a ser acautelados e esta decisão é precisamente para acautelar ainda mais esses interesses. O Senhor Presidente esclareceu ainda, apesar de vir na informação que foi enviada, que compete ao Município a aplicação de eventuais coimas ao empreiteiro e vão avaliar essa situação. Disse que não querem condenar o empreiteiro, mas têm que defender os interesses do Município. Entretanto na informação enviada também é dito que vão informar o ACT, bem como o IMPIC, desta posse administrativa e deu mais alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **MAIORIA**, com três votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores Vítor Bebiano e José Almendra, o seguinte: -----

----- 1. Declarar resolvido o contrato de empreitada pelos motivos constantes no relatório, anexo à informação da Divisão de obras e Planeamento, supra identificada, nomeadamente por desvios reiterados do plano de trabalhos, incumprimento definitivo, abandono da obra e por conseguinte perda de interesse, por parte do dono de obra, em manter a relação contratual, e com base no disposto nos arts. 405^o/1, f) e g), 325^o/1 e 2, 333^o/1, a) do CCP na sua redação atual; -----

----- 2. Promover o acionamento do mecanismo de aplicação de penalidades (artigo 329.^o n.º1 e 403.^o do CCP na sua redação atual.) -----

----- 3. Em virtude de se ter verificado novos desvios ao plano de trabalhos modificado pelo empreiteiro, proceder à posse administrativa da obra. (n.º 3 do artigo 404^o do CCP); -----

----- 4. Ao abrigo do nº 2 do artigo 405^o, informar ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P e no caso previsto na alínea a) do número anterior, a Autoridade para as Condições de Trabalho. -----



----- **10. EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DO BAIRRO SOCIAL TRÁS-DE-CASTELO” – REVISÃO DE PREÇOS – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação da Medidata sob o nº 4768 (quatro mil setecentos e sessenta e oito) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. ---

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a revisão de preços, relativamente à empreitada de “Reabilitação Energética do Bairro Social Trás-de-Castelo” nos termos e de acordo com o disposto na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada. -----

----- **11. REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DO BAIRRO SOCIAL TRÁS-DE-CASTELO – AUTO DE MEDIÇÃO 15 TN - PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4766 (quatro mil setecentos e sessenta e seis) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo e que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- Dada a urgência na decisão, o Senhor Presidente da Câmara, usando a competência que lhe é concedida pelo nº 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu, através de despacho, aprovar o Auto de Medição nº 15TN. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, através de despacho proferido em quatro de agosto de dois mil e vinte e dois, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada, que aprovou o Auto de Medição nº 15 TN, no valor de €15.105,45 (quinze mil cento e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos), relativamente à empreitada de “Reabilitação Energética do Bairro Social Trás-de-Castelo”. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Por último deliberou a Câmara Municipal aprovar esta ata em minuta, por **UNANIMIDADE**, nos termos do nº 3 do Art.º 57.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos imediatos. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, declarou encerrada a reunião, às quinze horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior, a lavrei, subscrevo e também assino. -

Presidente da Câmara Municipal: _____

Secretária da Reunião: _____

sandrac